



## JOVENS RURAIS E AGRÍCOLAS NO PARANÁ – DIMENSIONAMENTO POPULACIONAL E PERFIL SOCIOECONÔMICO

Paulo Roberto Delgado

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE/UFPR), pesquisador do IPARDES.  
E-mail: delgado@ipardes.pr.gov.br

Angelita Bazotti

Doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), pesquisadora do IPARDES.  
E-mail: abazotti@ipardes.pr.gov.br

Anael de Ulhôa Cintra

Doutor em Sociologia (PPGS/UFPR), pesquisador do IPARDES.  
E-mail: anael.cintra@sefa.pr.gov.br

**Resumo:** As décadas de 1970 e 1980, no Paraná, foram marcadas pela saída das pessoas do meio rural. Embora este fenômeno tenha se arrefecido, os jovens rurais continuam migrando. Considerando que se trata de uma parcela importante, numérica, social e economicamente, isto requer a atenção das políticas e ações públicas no sentido de sua permanência no meio rural. São necessárias ações que propiciem condições para a continuidade dos jovens no meio rural ou na agricultura, por duas razões essenciais: uma delas está em propiciar que essas pessoas possam morar e viver onde desejam ou onde estão mais habituadas, neste caso no meio rural e em pequenos municípios. A outra diz respeito à necessidade de produção de alimentos, o que só a população agrícola é capaz de fazer, sendo esta uma demanda da sociedade como um todo. Segundo Ferrari et al. (2004), um fator que pode reforçar a migração do meio rural para o urbano é que os jovens rurais já não identificam na profissão de agricultor a escolha natural para realizar seus projetos de vida, como acontecia há algum tempo. Nesse sentido, enfatiza-se ainda mais a importância das ações por parte do poder público visando melhorar as condições de vida e de trabalho desses jovens. Os dados explorados neste artigo são do Censo Demográfico de 2010. As análises iniciais, com base no censo, revelam que, no Paraná, 361.768 jovens

entre 15 e 29 anos residem em áreas rurais, o que equivale a 13,4% dos jovens do Estado. Investigou-se quais eram os jovens que, mesmo morando em área urbana, tinham ligação com o mundo de trabalho agrícola (aqueles em cuja família pelo menos uma pessoa exercia atividade agrícola), o que revelou mais 195.315 jovens, totalizando 557.083 jovens ligados ao mundo rural ou agrícola. O presente artigo busca caracterizar os jovens rurais e agrícolas do Paraná, mostrando quem são e onde estão, as formas de arranjos familiares em que se inserem e as modalidades de vínculos com o mundo do trabalho. A partir destes elementos, espera-se contar com mais subsídios para a definição de políticas voltadas para este segmento da população.

**Palavras-chave:** Jovens. Migração. Família agrícola. Residentes rurais.

## INTRODUÇÃO

O Brasil, nos últimos 50 anos, passou por profundas transformações produtivas, econômicas, sociais e demográficas. As migrações populacionais são um fenômeno crucial para entender estas transformações, que tiveram como principal consequência a passagem para um país majoritariamente urbano. Ocorreram, nas décadas de 1970 e 1980, importantes mudanças no padrão de organização da atividade agrícola que resultaram em dispensa de enormes contingentes de trabalhadores rurais, atuando como fator de expulsão dessa população para áreas de fronteira e, principalmente, para as regiões que experimentavam forte processo de industrialização, as quais demandavam grande quantidade de mão de obra, representando um chamariz para os migrantes, aí incluídos aqueles de origem rural.

Nas décadas seguintes, o processo de êxodo rural diminuiu, sem alterar, contudo, a tendência de redução da população rural, ensejando a continuidade de fluxos populacionais do rural para o urbano, protagonizada sobretudo pelos jovens, os mais propensos a se aventurar no meio urbano, seja pela empregabilidade ou pela maior facilidade de adaptação.

Ao longo desse processo, algumas temáticas na área dos estudos rurais foram sendo redefinidas. Uma delas, abordada mais adiante, diz respeito à própria apreensão da ruralidade, questionando-se sua redução à ideia de um espaço de reprodução de atividades estritamente agrícolas, ressaltando-se, por outro lado, suas funções ecológica e de segurança alimentar, bem como de provisão de novos serviços, como os de lazer e turismo. Ao mesmo tempo, avançou uma discussão sobre sua circunscrição territorial, com questionamentos sobre a pertinência das categorias censitárias para a compreensão do que passou a se caracterizar como mundo rural.

Outro tema que vem ganhando relevância é o das famílias rurais. Ele surge após a verificação de que, apesar das intensas transformações agrárias e agrícolas no País, tais famílias ainda têm uma participação significativa no povoamento dos espaços rurais, bem como na produção alimentar, colocando-se como importantes atores nas novas funções do mundo rural. Essas famílias passam por mudanças demográficas comuns à população brasileira, como a redução de seu tamanho, o envelhecimento de alguns de seus segmentos, e mesmo alterações nos arranjos em que se estruturam. Neste cenário, a redução dos jovens no conjunto da população rural vem gerando preocupação e discussões acadêmicas e políticas acerca da relevância deste público para a manutenção da produção familiar.

Os jovens rurais ou “agrícolas” são uma parcela importante, numérica, social e economicamente, demandando, por isto, a atenção das políticas e ações públicas no sentido de sua permanência no meio rural. Para isto é necessário que se desenvolvam ações que propiciem condições para a sua continuidade no meio rural ou na agricultura, por duas razões essenciais: uma delas está em propiciar que essas pessoas possam morar e viver onde desejam ou onde estão mais habituadas,

neste caso no meio rural e em pequenos municípios. A outra se relaciona à importância da manutenção da produção familiar, responsável por parcela relevante da produção de alimentos no País. Soma-se a isto a importância da população jovem como dinamizadora do meio rural, apontada por diversos estudos (WANDERLEY, 1996; CARNEIRO, 1997), uma vez que eles são responsáveis por dar vida a estes ambientes, preservando os espaços de convivência, nas comunidades rurais, com suas igrejas e salões comunitários. Segundo Ferrari et al. (2004), um fator que pode reforçar a migração é que os jovens rurais já não identificam na profissão de agricultor a escolha natural para realizar seus projetos de vida, como acontecia há algum tempo. Nesse sentido se enfatiza ainda mais a importância das ações do poder público no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho desses jovens.

Este artigo tem o objetivo de dimensionar a população jovem no meio rural paranaense, em consonância com as discussões que buscam repensar a questão da ruralidade, e, a partir desta definição, traçar o perfil social e demográfico desses jovens. Adicionalmente, procura-se desenvolver uma tipologia de domicílios de modo a identificar o segmento dos jovens que estariam ainda vinculados à produção familiar, em relação aos quais se coloca o problema da sucessão familiar. Com base nestes elementos, espera-se contribuir com mais subsídios para a definição de políticas voltadas para este segmento da população<sup>1</sup>.

O trabalho apresenta quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, retoma-se a discussão que vem buscando repensar a problemática rural no Brasil, propondo que o rural deva ser visto não apenas como um espaço produtivo, mas que esteja associado, também, a um modo de vida próprio, mesmo que imbricado nas formas de sociabilidade da sociedade mais ampla. Em seguida, procura-se apreender algumas das principais mudanças demográficas que vêm marcando a sociedade paranaense e que tiveram implicações para a configuração da atual população jovem no meio rural do Estado. Na terceira parte apresenta-se um perfil dos jovens em termos de seus atributos pessoais (sexo, cor), renda domiciliar, arranjos familiares e inserção educacional e ocupacional; este perfil é antecedido por uma proposta de enquadramento dos jovens rurais para além daqueles que moram – nos termos do censo demográfico – em áreas rurais, incluindo neste conjunto os jovens residentes em áreas urbanas mas que contam, em suas famílias, com membros vinculados a alguma atividade agrícola. Na quarta seção do estudo procura-se dar um passo além na circunscrição da população jovem, apresentando uma tipologia dos domicílios, baseada na condição de ocupação de seus membros, que permita identificar as famílias com pessoas vinculadas a atividades agrícolas na condição de responsáveis pelo desenvolvimento dessa atividade (conta-própria ou empregadores).

As informações trabalhadas são as coletadas pelo IBGE no último Censo Demográfico, portanto referentes ao ano de 2010. Apesar de a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)

<sup>1</sup> Originalmente, as informações discutidas neste artigo foram apresentadas no Seminário Sucessão Familiar Rural, organizado pela EMATER e pelo Grupo de Trabalho sobre Evasão do Jovem no Meio Rural, realizado em Curitiba nos dias 9 e 10 de novembro de 2016.

permitir exercício semelhante ao aqui proposto, a cobertura territorial do Censo é maior, principalmente em relação aos espaços rurais. Além disto, permite trabalhar com uma dimensão importante das discussões recentes sobre ruralidade, que é a de abordar a distribuição da população considerando o tamanho dos municípios.

## 1 O DEBATE SOBRE RURALIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR

Neste tópico<sup>2</sup> são apresentadas algumas das vertentes analíticas do rural que orientam esta investigação a fim de entender suas transformações, dimensionar e levantar as características dos jovens pesquisados, no Paraná, ao longo das últimas décadas, o ponto principal deste esforço.

De modo geral, o rural é associado a um ambiente em que se destacam as paisagens naturais, a presença dos bosques, das plantações, dos rios, dos animais. Contudo, para a sociologia, o rural não se resume a um meio bucólico e isolado, simplesmente, mas significa essencialmente “um espaço de vida e de trabalho” (WANDERLEY, 2009). Raymond Williams (2011), do terreno da história rural, o compreende como sinônimo de campo. Na consistente análise do campo e da cidade, que não se restringe apenas ao tempo e espaço objeto de sua observação, a saber, o contexto do nascimento da industrialização a partir dos textos literários ingleses, Williams destaca a necessidade de se examinar as inter-relações do campo e cidade, em vez de se limitar a contrastá-las.

No âmbito da definição de rural como categoria de análise, na sociologia rural, encontramos várias abordagens que expressam essa dificuldade de matizar um conceito que possa ser operacionalizado numa escala mais ampla; e, mesmo, que aproxime um entendimento comum nos diferentes países. Uma dessas abordagens foi desenvolvida por Warner (1974), que, mesmo admitindo que a sociedade americana já adentrava numa economia de consumo, afirmava que “...*rural society is far from having passed into history...*” (WARNER, 1974, p.306). Sua afirmação se alicerçava na definição do próprio objeto da sociologia rural, isto é, a *sociedade rural*:

*For me, it is an analytic construct referring to a territorially based population aggregate. More specifically, it refers to the population aggregate in geographic locations where the size and density are relatively small*<sup>3</sup> (WARNER, 1974, p.306).

Esse significado de rural baseado em critérios demográficos é encontrado também em texto fundante da área, na obra de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986), originalmente publicada em 1930. Nela, porém, a possibilidade de diferenciação entre rural e urbano se faz a partir de diversos aspectos, numa leitura que seja “composta” por vários elementos conjuntos e não apenas pela via singular de um ou outro aspecto, mesmo que demográfico.

<sup>2</sup> Esta seção se baseia, em parte, na tese de doutoramento de um dos autores (CINTRA, 2013).

<sup>3</sup> “Para mim, essa é uma construção analítica referindo-se a um território baseado num aglomerado populacional. Mais especificamente, refere-se a um aglomerado populacional em localidades geográficas onde o tamanho e a densidade populacional são relativamente pequenos.” (WARNER, 1974, tradução livre)

Para os autores:

[...] a definição sociológica dos universos do campo e da cidade não deve ser descrita em termos de *uma* característica, seja esta tamanho da comunidade, densidade populacional, nomenclatura administrativa, composição ocupacional da população ou outros elementos semelhantes. [...] a definição sociológica destes universos requer uma combinação de vários traços típicos. A definição deve ser composta (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1986, p.199) (*grifo no original*).

Essa definição “composta” seria formada a partir das características diferenciais entre campo e cidade que os autores deliberaram, sendo elas: as diferenças ocupacionais, as ambientais, no tamanho das comunidades, na densidade populacional, na homogeneidade e na heterogeneidade das populações, na diferenciação, estratificação e complexidade social, na mobilidade social, e, finalmente, na direção da migração. Dessa forma, a definição dessas fronteiras requereria um esforço maior por parte dos pesquisadores no que tange à categorização de informações e a sua posterior análise; mas também traria uma certa dificuldade de se cercar de todos esses elementos para a construção da análise.

Nesse contexto de discussão, destacam-se as preocupações de Monte-Mór (2006) quanto às dificuldades/problemas de delimitação entre espaço urbano e rural a partir de sua tese de urbanização extensiva em que atividades urbanas industriais são amalgamadas à produção e ao ambiente rural conforme a evolução da rede de cidades de um país, em linha com o avanço de seu desenvolvimento socioeconômico.

Somam-se também as colocações de Kayser (1990) quanto à importância dos elementos sociológicos como o sentimento de pertencimento a coletividade de tamanho limitado, e a identidade marcada pela cultura campesina, além de outros – todos intrincados no espaço geográfico caracterizado por paisagens naturais e pelo desenvolvimento de atividades agrosilvopastoris. Diante de várias frentes de análise que o tema enseja, é interessante, particularmente, a proposição de Wanderley (2001) ao considerar a experiência restrita de “urbano” em municípios de até 20 mil habitantes e o forte caráter rural deles. Nesse sentido, parece oportuna sua ideia de trama social e espacial específica, a qual pode se somar no uso das informações oficiais de rural e urbano, muito mais vinculadas aos aspectos geográficos. Neste ponto vale notar sua observação sobre os pequenos municípios pernambucanos:

Nestes municípios o processo de urbanização é frágil, uma vez que a concentração das atividades econômicas e da oferta de serviços se dá nos médios e grandes centros urbanos, apresentando certa precariedade do ponto de vista dos recursos disponíveis. São municípios que apresentam uma considerável proporção de população rural em relação ao conjunto da população total, uma considerável proporção de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias em relação ao total de ocupados no município, bem como a existência de parcela dos ocupados na agropecuária residentes na sede municipal (WANDERLEY, 2001, p. 5-6).

Esta análise constitui a base de exercício do presente trabalho e também fundamenta a questão da reprodução das unidades familiares no meio rural, em particular com as condições de permanência da população jovem como condição de continuidade das propriedades rurais. Alguns estudos têm demonstrado a continuidade dos fluxos migratórios de jovens do meio rural, que decorre de mudanças no padrão de socialização dos jovens, consequência da maior escolarização, das facilidades de mobilidade e da maior difusão de informações, que propiciam às novas gerações um campo mais amplo de relações sociais e culturais (SPANEVELLO et al., 2011). Mas esse processo decorre, também, de limitações estruturais da agricultura familiar, como a exiguidade de terras que caracteriza este tipo de produtor e inviabiliza sua redistribuição entre todos os potenciais herdeiros, e a inexistência de política agrária e estreitamento do mercado de terras, que impedem que os membros familiares possam se instalar em novas propriedades.

Ainda no contexto da sucessão na agricultura familiar, a questão de gênero aparece nas estratégias diferenciadas adotadas pelos jovens. Segundo Blumer e Anjos (2008), o padrão de socialização profissional de rapazes e moças é diferenciado, reservando-se a estas, geralmente, as atividades domésticas, enquanto os rapazes são iniciados nas atividades produtivas. As mulheres só em condições excepcionais são incluídas na linha de sucessão na chefia das propriedades. Estes autores também destacam os processos de desvalorização cultural da agricultura familiar como fator relevante na escolha de trajetórias profissional e de vida dos jovens do meio rural.

## 2 DINÂMICA DEMOGRÁFICA E JUVENTUDE RURAL NO PARANÁ<sup>4</sup>

A formação do rural paranaense, em termos da ocupação de suas fronteiras internas, foi um processo marcado por intenso crescimento populacional e pela fragmentação territorial. Em poucas décadas, entre 1940 e 1970, a população paranaense quintuplicou, passando de 1,236 milhão de pessoas para 6,930 milhões (MAGALHÃES, 1996). Este forte crescimento populacional ocorreu tanto nas áreas rurais quanto no meio urbano e foi fundamentalmente determinado por grandes fluxos imigratórios procedentes de fora do Estado – vindos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, no caso da ocupação do grande Norte, e do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com destino ao Sudoeste e Oeste paranaenses. Durante esse período, as taxas de crescimento da população rural foram elevadas, acima de 4% ao ano (tabela 1), fazendo com que em 1970 se observasse, na história paranaense, o maior contingente populacional vivendo em áreas rurais, 4,4 milhões de pessoas.

---

<sup>4</sup> Esta seção se baseia, em parte, na tese de doutoramento da autora (BAZOTTI, 2016).

TABELA 1 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - PARANÁ - 1940/2010

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)		
	Situação de Domicílio		TOTAL
	Urbana	Rural	
1940/1950	5,84	5,54	5,61
1950/1960	9,31	6,33	7,16
1960/1970	6,73	4,10	4,97
1970/1980	5,97	-3,32	0,97
1980/1991	3,01	-3,03	0,93
1991/2000	2,59	-2,61	1,40
2000/2010	1,36	-1,48	0,89

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

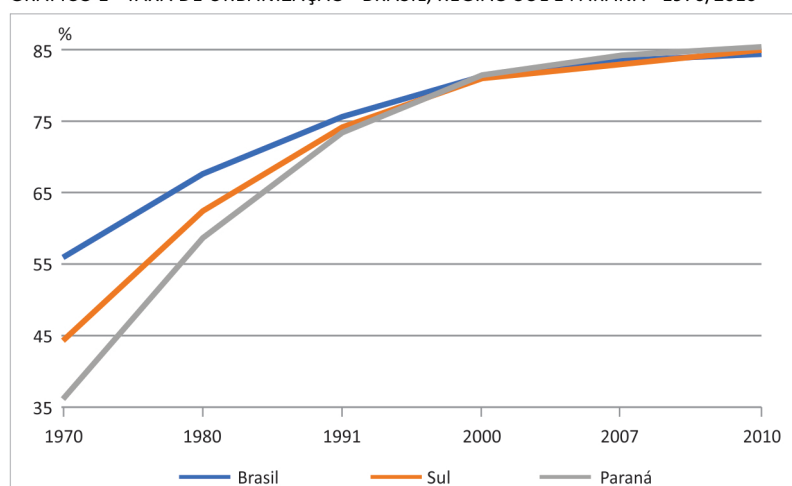
Assim, embora em 30 anos o povoamento do Estado tenha provocado uma intensa fragmentação do território, fazendo com que o número de municípios saltasse de 49, no ano de 1940, para 288, no final da década de 1960, o censo de 1970 ainda registrava para o Paraná um percentual de 64% da população residindo nos espaços rurais.

Mas as décadas de 1970 e 1980 foram um período de intensas transformações na base produtiva paranaense, com a inserção do Estado no novo modelo nacional de modernização das práticas agrícolas, mecanização e industrialização da produção e alteração profunda nas relações de trabalho rural. Nesse processo, assiste-se a um forte e acelerado movimento de êxodo rural, com a população se transferindo para áreas urbanas do próprio Estado ou para fora dele. Em curto período de tempo, o Paraná deixou de ser um espaço de forte imigração para se tornar a principal área de emigração do País. Dentre os estados brasileiros, nos anos 1970 e 1980, o Paraná foi o que apresentou o menor ritmo de crescimento populacional, abaixo de 1% ao ano (MAGALHÃES, 1996). A população rural passou a decrescer a taxas elevadas, enquanto a população urbana sustentava um crescimento acelerado, com o grau de urbanização do Estado aumentando e convergindo para o padrão nacional nas décadas seguintes (gráfico 1).

É preciso salientar que o processo de urbanização do Paraná se insere no quadro mais amplo de fortes alterações ocorridas em todo o Brasil na segunda metade do século XX. A partir dos anos 1950, o País experimenta um movimento contínuo e acelerado de transferência de população das áreas rurais para centros urbanos, em todo o território nacional, refletindo o processo mais abrangente de mudança da economia brasileira da fase agrário-exportadora para o ciclo urbano-industrial. Em 1950, 64% da população brasileira residia no meio rural e, em 1980, 66% situava-se em áreas urbanas. A tendência à urbanização persistiu e este indicador nacional alcançou 84,4% em 2010. Entretanto, como enfatiza Fleischfresser (1988), embora a redução da população rural do Paraná não seja algo singular ou específico desse estado, ela impressiona por ter se efetivado num intervalo de tempo bem menor.



GRÁFICO 1 - TAXA DE URBANIZAÇÃO - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 1970/2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 1940-2010. Até 1970 os dados foram extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, v. 42, 1979.

Praticamente em paralelo ocorre outra importante mudança no cenário demográfico brasileiro que irá gerar fortes impactos sociais. Na segunda metade dos anos 1960, inicia-se, no País, uma rápida alteração no padrão reprodutivo das mulheres, traduzida por um intenso declínio nas taxas de fecundidade femininas. Em 1960, as mulheres no Brasil tinham, em média, seis filhos nascidos vivos ao longo do seu período reprodutivo, e, em 2009, este indicador era de 1,94 filhos por mulher<sup>5</sup>.

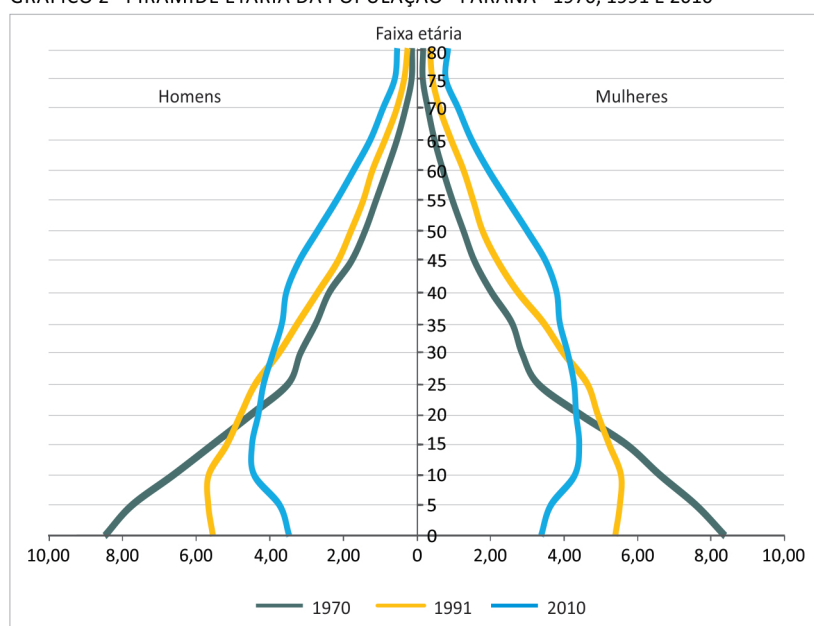
Assim, o tamanho médio da família brasileira se reduziu de forma drástica e a um ritmo acelerado. Os fenômenos da urbanização, da industrialização, da queda da fecundidade e da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho impulsionaram a formação de novos arranjos familiares e de estratégias de sobrevivência.

No Paraná, as famílias, nos anos 1970, tinham em média de 5 a 6 membros, e, na primeira década dos anos 2000, essa média havia diminuído para cerca de três pessoas. Em outros termos, as tradicionais famílias numerosas foram substituídas por famílias bem menores, resultando em enormes mudanças no conjunto de normas, valores, atitudes, estratégias familiares no tocante à produção, consumo, geração de renda, entre outros aspectos.

Do ponto de vista da composição populacional por idade, a comparação entre as pirâmides para os anos 1970, 1991 e 2010 da população do Paraná (gráfico 2) evidencia nitidamente a intensidade e a rapidez das mudanças ocorridas nos componentes demográficos. A redução da base das pirâmides retrata a queda na fecundidade. Em cerca de 40 anos, a proporção de crianças e jovens na população do Paraná reduziu-se drasticamente, dando-se o inverso nas idades adultas e idosas. A diminuição dos nascimentos e o aumento da expectativa de vida, conjugados aos efeitos dos fluxos migratórios, produziram perfis populacionais mais envelhecidos.

<sup>5</sup> Dados disponíveis em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP264&t=taxa-fecundidade-total>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

GRÁFICO 2 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO - PARANÁ - 1970, 1991 E 2010



FONTES: IBGE - Censos Demográficos

Os jovens, grupo etário envolvendo as pessoas de 15 a 29 anos de idade<sup>6</sup>, atingiram em 1980 sua maior participação na população estadual (29,4%), a qual foi reduzida para 25,9% no último censo demográfico e deverá cair para 17,1% em 2040, segundo a nova projeção populacional do IPARDES. O maior contingente desta população foi observado no ano de 2010, quando alcançou 2,7 milhões de pessoas. Neste mesmo ano, porém, o segmento de 15 a 19 anos já apresentou decréscimo populacional; pela projeção populacional, a partir de 2020 os três segmentos desta população estarão em queda (tabela 2).

TABELA 2 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO JOVEM SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 1970/2040

FAIXA ETÁRIA / SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	1970	1980	1991	2000	2010	2020	2030	2040
Jovens	1.864.257	2.246.572	2.457.677	2.617.339	2.709.109	2.688.241	2.399.382	2.093.026
15 a 19	778.374	917.056	877.690	950.151	928.028	871.028	746.899	662.186
20 a 24	616.861	732.938	818.814	871.245	900.869	897.822	795.357	695.792
25 a 29	469.022	596.578	761.173	795.943	880.212	919.391	857.126	735.048
Urbano	700.677	1.359.253	1.803.994	2.153.335	2.347.341	-	-	-
Rural	1.163.580	887.319	653.683	464.004	361.768	-	-	-
TOTAL	6.929.821	7.629.849	8.448.713	9.564.643	10.444.526	11.538.518	12.045.491	12.208.466
Jovens /Total(%)	26,9	29,4	29,1	27,4	25,9	23,3	19,9	17,1

FONTES: IBGE - Censos Demográficos 1970/2010; IPARDES - Projeção Populacional 2017/2040

<sup>6</sup> A definição de população jovem não é consensual, com algumas instituições estabelecendo como limites as idades de 15 e 24 anos, e outras estendendo o limite superior para 29 anos. Optou-se, no presente trabalho, por usar a definição mais ampla, que tem amparo no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), mas, sempre que possível, apresentando as informações desagregadas por segmentos desta população.

Em relação aos jovens rurais paranaenses, o seu número vem se reduzindo continuamente, totalizando, no ano de 2010, 361,8 mil pessoas, 1/3 do observado em 1970. No meio rural paranaense, apenas a população idosa mantém, desde os anos 1980, taxas de crescimento positivo e, no último decênio, a população adulta (30 a 59 anos) praticamente se estabilizou.

As mudanças demográficas constituem elemento fundamental para entender o atual quadro dos jovens no meio rural. A diminuição do tamanho das famílias, somada ao envelhecimento de seus membros, é crucial nas estratégias dos jovens no meio rural. Além da redução em seu número, verifica-se uma crescente masculinização dessa população, como de resto com toda a população adulta e idosa residente em áreas rurais. Assim, enquanto no meio urbano, a partir da faixa de 20 a 24 anos, observa-se que a proporção de homens começa a ficar menor, no meio rural, em todas as faixas etárias, há maior proporção de homens.

Um dos elementos que explicam a masculinização do campo é o fato de que as mulheres estudam mais e se empregam no meio urbano, principalmente no setor de serviços, e, outro, o de que inúmeras tarefas nas atividades agrícolas são usualmente executadas pelos homens. Camarano e Abramovay (1999) entendem que a cultura machista tradicional, aliada ao fator 'mais anos de estudo formal', podem servir de impulso e passaporte para trabalhos qualificados num novo ambiente – o ambiente urbano.

Em suma, as mudanças demográficas, a redução das famílias, a diminuição da mão de obra e o envelhecimento da população são elementos que contribuem para compreender as estratégias dos produtores familiares. Essas mudanças foram profundas e provocaram diversas alterações no meio rural, fazendo com que as famílias se reestruturassem para continuar a morar no rural, trabalhar na agricultura e se reproduzir.

### 3 PERFIL DOS JOVENS NO MEIO RURAL PARANAENSE

As discussões sobre ruralidade, conforme abordado na primeira seção, chamam atenção para uma dinâmica socioeconômica que transcende a circunscrição territorial de natureza administrativa que delimita o rural oficial no País. Para contornar essa limitação e buscar uma aproximação com o universo dos jovens rurais condizente com essa dinâmica, propusemos uma categorização que, além de considerar aqueles residentes em áreas rurais, envolvesse também os jovens residentes em áreas urbanas e cujas famílias tivessem pelo menos um membro envolvido em atividades agrícolas.

De acordo com esta nova categorização, tem-se que o número de jovens, no Estado, que de algum modo vivenciam a experiência da ruralidade é de 557 mil pessoas, o que significa um contingente 54% maior do que o delimitado oficialmente (tabela 3). Deste contingente, uma parcela expressiva (35%) reside em áreas urbanas. Na sequência, todas as menções a jovens rurais farão referência a essa categorização ampliada.

TABELA 3 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS E PESSOAS SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO	
		Total	Jovens <sup>(1)</sup>
Rural	461.935	1.531.286	361.768
Urbano com agrícola <sup>(2)</sup>	208.711	730.179	195.315
Urbano	2.634.011	8.183.062	2.152.026
TOTAL	3.304.657	10.444.526	2.709.109

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

(1) Pessoas de 15 a 29 anos de idade.

(2) Pessoas residentes em domicílios com pelo menos uma pessoa ocupada em atividades agrícolas.

Mais da metade dos jovens rurais reside nos municípios de pequeno porte, com até 20 mil habitantes (tabela 4). Neste conjunto de municípios, os jovens rurais representam 48,5% do total de jovens neles residentes, participação que vai reduzindo à medida que aumenta o porte dos municípios.

Cabe destacar, contudo, que ¼ dos jovens rurais reside em municípios de médio ou grande porte (> 50 mil habitantes) e, neste caso, há um peso maior daqueles que integram famílias residentes em áreas urbanas mas com algum dos seus membros ocupado em atividades agrícolas. Esses dados apontam para a complexidade que possivelmente envolve a experiência de ser jovem em sua relação com o rural, dada a diversidade de situações que compõem o contínuo urbano-rural no País.

TABELA 4 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS E PESSOAS SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2010

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	JOVEM / SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO				
		Rural Ampliado			Urbano	Total
		Rural	Urbano com agrícola	Subtotal		
< 20 mil	2.567.329	210.523	95.320	305.843	324.896	630.738
20 a < 50 mil	1.677.587	79.795	41.772	121.568	303.908	425.476
50 a < 100 mil	1.048.277	31.585	18.512	50.097	226.988	277.085
>= 100 mil	5.151.333	39.865	39.711	79.576	1.296.234	1.375.810
Total	10.444.526	361.768	195.315	557.083	2.152.026	2.709.109
< 20 mil	24,6	58,2	48,8	54,9	15,1	23,3
20 a < 50 mil	16,1	22,1	21,4	21,8	14,1	15,7
50 a < 100 mil	10,0	8,7	9,5	9,0	10,5	10,2
>= 100 mil	49,3	11,0	20,3	14,3	60,2	50,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

Quanto ao perfil dos jovens rurais, observa-se maior participação de homens em sua composição, em linha com o que foi destacado neste estudo sobre as mudanças demográficas que vêm marcando o meio rural; este predomínio masculino é verificado inclusive entre aqueles residentes em áreas urbanas (tabela 5). Quanto à cor e raça, há um predomínio de pessoas brancas, em conformidade com o padrão populacional do Estado; contudo, entre os jovens urbano-agrícolas há uma participação mais acentuada de pessoas pardas e pretas.

TABELA 5 - POPULAÇÃO JOVEM SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEXO, COR, MÉDIA DE MORADORES E RENDIMENTO DOMICILIAR *PER CAPITA* - PARANÁ - 2010

ATRIBUTO/CONDIÇÃO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		
	Rural Ampliado		Urbano
	Rural	Urbano com agrícola	
Pessoa			
Masculino	52,8	53,9	49,3
Feminino	47,2	46,1	50,7
Branca	67,1	61,2	69,8
Parda	28,6	33,8	25,7
Preta	2,7	3,7	3,2
Amarela	0,7	1,2	1,1
Indígena	1,0	0,2	0,1
Ignorado	0,0	0,0	0,0
Domicílio			
Média de moradores	4,2	4,3	3,9
Rendimento domiciliar <i>per capita</i> até 1/2 salário mínimo (%) <sup>(1)</sup>	40,6	24,1	16,2

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

(1) Inclusive domicílios sem rendimento.

O indicador referente ao número de membros dos domicílios evidencia que os jovens, independente do meio, integram famílias pequenas, com cerca de quatro membros. Porém, uma expressiva diferença na situação dos jovens decorre do padrão de rendimento domiciliar, com a situação mais precária sendo observada entre os jovens residentes em áreas rurais, dos quais 40,6% moram em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo *per capita*.

Em relação ao padrão de organização familiar, nos dois segmentos que compõem os jovens rurais mais de 80% destes residem em domicílios com a presença do casal (tabela 6). O peso de arranjos sem a presença de cônjuges, particularmente daqueles em que a mulher é a responsável pelo domicílio, é menor entre as famílias com jovens rurais, especialmente entre os residentes em áreas que o censo classifica como rurais.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO JOVEM SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E ARRANJO FAMILIAR - PARANÁ - 2010

ARRANJO FAMILIAR	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO			
	Rural Ampliado		Urbano	Total
	Rural	Urbano com agrícola		
Unipessoal	0,9	0,6	2,0	1,7
Multipessoal	0,2	0,8	1,8	1,5
Casal sem filhos	8,0	6,4	9,9	9,4
Casal sem filhos com parente	1,5	2,0	2,0	1,9
Casal com filhos	63,2	54,5	48,3	50,7
Casal com filhos e com parente	15,0	18,6	13,0	13,7
Mulher sem cônjuge com filhos	4,1	5,5	9,3	8,3
Mulher sem cônjuge com filhos e com parente	3,1	5,9	6,5	6,0
Homem sem cônjuge com filhos e/ou com parente	1,8	2,1	2,1	2,1
Outros	2,3	3,7	5,1	4,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE- Censo Demográfico

Independentemente da situação do domicílio, cerca de 1/3 dos jovens é responsável pelo domicílio ou cônjuge, posições estas que tendem a ser mais presentes quanto maior a idade dos jovens; dentre aqueles com idade entre 25 e 29 anos, 62,9% encontravam-se em uma destas duas posições no domicílio.

Quando se considera a inserção do jovem na escola ou no mundo do trabalho verifica-se que, independentemente do local de moradia, por volta dos 20 anos de idade ocorre acentuada interrupção da trajetória escolar. Até os 19 anos de idade aproximadamente 2/3 dos jovens ainda estudam, muitos conjugando esta atividade com o trabalho. Neste segmento da população jovem, o trabalho é uma realidade para metade dos jovens ligados ao meio rural, participação maior do que a verificada entre os jovens urbanos (39,2%) – tabela 7.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO JOVEM SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E ARRANJO FAMILIAR - PARANÁ - 2010

CONDIÇÃO	FAIXA ETÁRIA / SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO								
	15 a 19			20 a 24			25 a 29		
	Rural	Urbano com agrícola	Urbano	Rural	Urbano com agrícola	Urbano	Rural	Urbano com agrícola	Urbano
Nem trabalha, nem estuda	15,3	13,9	14,8	23,9	15,7	18,1	23,3	14,9	16,8
Trabalha	23,2	25,5	18,6	61,2	62,8	53,7	69,9	74,3	68,3
Estuda	35,7	36,6	46,0	5,2	6,6	9,9	1,9	2,3	3,3
Trabalha e estuda	25,8	24,0	20,6	9,7	15,0	18,4	4,9	8,5	11,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Entre os jovens com 20 anos de idade ou mais, mais de 70% têm algum trabalho, com as maiores taxas de ocupação registradas, nos dois grupos etários mais velhos, entre aqueles classificados como urbano-agrícolas. Apesar da queda acentuada na proporção que estuda, verifica-se que esta é o dobro entre os urbanos, comparativamente aos residentes na área rural.

Ainda na tabela 7, pode-se observar que o problema dos jovens que não estão inseridos na escola nem no mundo do trabalho é uma realidade presente nos diversos segmentos da população jovem, chamando a atenção o fato de que, a partir dos 20 anos, ela cresce principalmente entre aqueles residentes em áreas rurais, atingindo cerca de ¼ dos jovens. Das pessoas não inseridas na escola e/ou no trabalho, mais de 2/3 são mulheres, independentemente do local de moradia.

#### 4 PRODUÇÃO FAMILIAR E INSERÇÃO OCUPACIONAL

Procura-se, neste ponto, destacar duas questões fundamentais na discussão das trajetórias juvenis no meio rural, a saber: qual parcela desses jovens estaria vinculada a empreendimentos rurais familiares; e, em que atividades, e sob que condições, se dá a inserção ocupacional dos jovens rurais paranaenses.

Para responder à primeira questão, que procura dimensionar a parcela dos jovens que possuem ligação com unidades produtivas agrícolas familiares, os domicílios foram classificados segundo a condição de ocupação dos seus membros. Inicialmente, foram diferenciados os domicílios conforme a presença ou não de, pelo menos, uma pessoa vinculada à atividade agropecuária; na sequência, para os domicílios com este vínculo, foram diferenciados os casos em que pelo menos um dos ocupados em atividade agropecuária fosse empregador ou conta-própria, tomando essas categorias como *proxy* da figura do produtor rural. Deste procedimento resultou uma tipologia em que os domicílios foram classificados como: agrícola/produtor, agrícola/outra, e não agrícola.

Verificou-se que, nos domicílios da primeira categoria, agrícola/produtor, 81% das pessoas ocupadas que neles residiam trabalhavam em atividades agrícolas, sendo que 7 em cada 10 enquadravam-se na condição de conta-própria ou empregador. Na categoria agrícola/outra, 71% do total de ocupados trabalhava em atividades agrícolas, com 2/3 dos agrícolas na condição de assalariados ou de produtores para o próprio consumo. A terceira categoria por definição não tem pessoas exercendo ocupação agrícola.

Com os domicílios assim classificados, procedeu-se à verificação da distribuição dos jovens rurais por essa tipologia. Vale lembrar que a definição de jovens rurais envolve todas as pessoas com idade entre 15 e 29 anos que residam na área rural ou em domicílios urbanos que tenham pelo menos uma pessoa ocupada em atividade agrícola. Como se observa na tabela 8, do total de 557 mil jovens rurais no Paraná apenas 30,9% reside em domicílios com a presença de um possível produtor rural, domicílios majoritariamente localizados em áreas rurais. Muito provavelmente políticas relacionadas à sucessão familiar se aplicam prioritariamente a este segmento dos jovens rurais.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS RURAIS POR TIPO DE DOMICÍLIO<sup>(1)</sup> - PARANÁ - 2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	DOMICÍLIO / ATIVIDADE			Total
	Agrícola/Produtor	Agrícola/Outra	Não Agrícola	
Rural	22,4	20,3	22,2	64,9
Urbano	8,4	26,6	-	35,1
TOTAL	30,9	46,9	22,2	100,0

FONTE: IBGE: Censo Demográfico

(1) Os domicílios foram classificados segundo sua situação (rural ou urbano) e a presença de ocupados em atividades agrícolas ou não agrícolas, no primeiro caso considerando, também, a posição na ocupação (produtor ou outra).

A maior parcela dos jovens (46,9%) reside em domicílios cujas pessoas vinculadas às atividades agrícolas são majoritariamente assalariadas; no caso destes domicílios a maior parte localiza-se em áreas urbanas, mas é expressiva, também, a porção situada em áreas rurais.

Por fim, 22,2% dos jovens residem em domicílios localizados em áreas rurais, mas que não possuem nenhum membro ocupado em atividades agrícolas. Para esta situação cabe destacar um aspecto relacionado à definição de rural adotada nos censos demográficos. O IBGE adota o estabelecido

em lei pelos municípios, legislação que, em algumas situações, não corresponde ao processo de expansão das áreas urbanas sobre espaços antes rurais. Assim, é possível que parcela dos domicílios não agrícolas situe-se, de fato, em áreas de expansão urbana ainda não enquadradas pelas legislações municipais. Por outro lado, estes domicílios podem refletir novas formas de ocupação do espaço rural, não necessariamente ligadas ao desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Em relação à ocupação produtiva dos jovens rurais, constatou-se que cerca de 2/3 deles tinham, na data do censo demográfico, algum tipo de trabalho. Para a maioria deles a ocupação era no setor agropecuário: 55,4% entre aqueles residentes em área rural e 47,9% entre os urbano-agrícolas (tabela 9). Para estes dois segmentos da juventude rural a distribuição pelas demais ocupações é similar: a indústria de transformação e o comércio constituem as principais atividades ocupacionais, depois da agropecuária. Há algumas atividades no setor de serviços, demandantes de pessoas com maior qualificação profissional, que têm peso maior entre os jovens urbano-agrícolas: atividades financeiras; atividades profissionais, científicas e técnicas; administração pública; educação; e, saúde e assistência social.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - 2010

ATIVIDADE ECONÔMICA	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		
	Rural	Urbano com Agrícola	Urbano
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	55,4	47,9	0,0
Indústrias extrativas	0,4	0,1	0,2
Indústrias de transformação	11,9	12,2	19,6
Eletricidade e gás	0,1	0,1	0,4
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,3	0,4	0,7
Construção	4,2	3,9	7,0
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	8,2	12,1	24,8
Transporte, armazenagem e correio	1,7	1,4	3,8
Alojamento e alimentação	1,8	1,5	3,9
Informação e comunicação	0,4	0,6	2,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,3	0,8	1,9
Atividades imobiliárias	0,1	0,1	0,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas	0,9	1,7	4,4
Atividades administrativas e serviços complementares	1,1	1,2	3,5
Administração pública, defesa e seguridade social	1,8	2,2	3,5
Educação	2,1	2,7	4,8
Saúde humana e serviços sociais	0,9	1,6	3,9
Artes, cultura, esporte e recreação	0,4	0,4	1,1
Outras atividades de serviços	0,7	1,4	2,9
Serviços domésticos	3,5	4,6	3,8
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0	0,0	0,0
Atividades mal definidas	3,9	3,1	6,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico



Quando se considera a parcela dos jovens vinculada diretamente às atividades agropecuárias verifica-se que a forma de inserção no trabalho é diferenciada conforme a situação do domicílio de residência. Entre os moradores das áreas rurais, 65,8% têm uma posição ocupacional que sinaliza para o seu envolvimento no âmbito de uma unidade produtiva familiar, com parcela expressiva deles (41,8%) na condição de responsáveis pela produção e outra (24,0%) como trabalhadores auxiliares na unidade (tabela 10). Para aqueles residentes em áreas urbanas, a principal forma de inserção é o assalariamento (75,9%), indicativo de que são jovens trabalhando para outros produtores rurais.

Assim, considerando o total de jovens, em 2010, envolvidos em atividades agropecuárias (191,5 mil pessoas), 48,2% eram assalariados e 51,8% participavam do trabalho na própria unidade familiar, com aqueles tendo maior peso entre os residentes em áreas urbanas, e os últimos entre os moradores em áreas rurais. Ambos os segmentos são importantes quando se pensa a sustentação da ruralidade, mas a questão da sucessão familiar se coloca sobretudo para aqueles que ainda mantêm vínculo com as unidades produtivas familiares.

TABELA 10 - JOVENS OCUPADOS EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2010

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	
	Rural	Urbano com Agrícola
Assalariados	34,2	75,9
Empregados com carteira de trabalho assinada	15,0	46,7
Empregados sem carteira de trabalho assinada	19,2	29,2
Responsáveis pela produção	41,8	15,3
Conta-própria	41,7	14,5
Empregadores	0,1	0,8
Trabalhadores auxiliares na unidade	24,0	8,8
Não remunerados	8,5	1,9
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	15,5	6,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos rurais destacam a necessidade de se pensar o mundo rural como um espaço não restrito à dimensão produtiva agrícola, mas, sim, associado a um modo de vida próprio, embora imerso no contexto de relações sociais amplas decorrentes da crescente urbanização do País.

Neste artigo, buscou-se dimensionar a presença dos jovens rurais a partir dessa nova concepção da ruralidade. Mesmo reconhecendo os processos demográficos que vêm contribuindo para a diminuição da população rural, identificou-se que o número de jovens no Paraná que de algum modo relaciona-se com o mundo rural atinge cerca de meio milhão de pessoas.

Verificou-se que o que se denomina de juventude rural envolve situações diferenciadas, com a presença predominante dessa população nos pequenos municípios, mas também em médios e grandes. Muitos ainda residem nas áreas rurais, mas há uma parcela expressiva residindo em áreas urbanas. Metade dos que trabalham exerce seu ofício na agropecuária, contudo a outra parcela está inserida em atividades tipicamente urbanas. Dentre os trabalhadores agrícolas, uma parcela importante já não tem vínculo com a produção familiar, trabalhando como assalariados em propriedades de terceiros. Por fim, verificou-se que 1/3 dos jovens rurais participa em unidades familiares, os quais, em sua maior parte, residem em áreas rurais. Esta seria a parcela que se depara com os problemas da sucessão familiar e com a reprodução social da agricultura familiar no Estado.

## REFERÊNCIAS

- BAZOTTI, A. **Racionalidades e estratégias dos sojicultores familiares do Sudoeste Paranaense**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n.12, p.6-17, jan./jun. 2008.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Brasília/DF: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n.621).
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Natureza**, Rio de Janeiro, n.8, p.70-82, abr. 1997.
- CINTRA, A. P. U. **Os pequenos municípios no Paraná: permanências e mudanças no rural (Censos 2000-2010)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- FERRARI, D. L. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.237-271, 2004.
- FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Livraria Chain Editora, 1988.
- KAYSER, B. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: A. Colin, 1990.
- MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e as migrações: 1940 a 1991**. Dissertação (Mestrado em Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.9-18, jul./dez. 2006.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p.198-224.

SPANVELLO, R. M. et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.45, n.2, p.291-304, out. 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife, 2001. Mimeografado.

WARNER, W. K. Rural society in a post-industrial age. **Rural sociology**, v.39, n.3, p.306-318, 1974.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução de: BRITTO, Paulo Henriques. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.